



O BOBO: DOS PROBLEMAS EDITORIAIS ÀS OMISSÕES CRÍTICAS E HISTORIOGRÁFICAS

Carla Carvalho Alves¹

RESUMO: Embora seja considerado um dos autores mais relevantes do Romantismo português, Alexandre Herculano tem, ainda hoje, parte de sua obra ficcional bem pouco explorada nos âmbitos crítico, historiográfico e editorial. Destacamos, como exemplo mais significativo disso, o inusitado percurso editorial de *O Bobo*, caracterizado por frequentes demonstrações de negligência, incompatíveis com sua recepção pelo público leitor. Buscamos descrever, em linhas gerais, tal trajetória editorial, considerando, também, a sua problemática recepção pela historiografia e crítica literária. Apresentamos, ainda, algumas reflexões acerca da obra, com o intuito de identificar questões que teriam desencadeado o incômodo crítico e editorial apontados.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Literária; *O Bobo*; Alexandre Herculano.

ABSTRACT: Although considered one of the most important authors of Portuguese Romanticism, Alexandre Herculano still has part of his fictional work not properly explored in the critical, historiographic and editorial areas. We highlight, as a more significant example of this, the unusual course of publishing the historical novel *O Bobo*, characterized by frequent demonstrations of negligence, incompatible with its reception by the reading public. This paper describes, in general terms, such editorial trajectory and highlights its problematic reception by literary historiography and criticism. It also presents a critical reflection on this specific Herculano's work, aiming to identify some reasons that have triggered this critic and editorial discomfort.

KEY WORDS: Literary historiography; *O Bobo*; Herculano.

A obra poética e, principalmente, os textos ficcionais de cunho histórico ou lendário, de Alexandre Herculano, são referenciados, em quaisquer historiografias literárias, como paradigmas do Romantismo português. Ocorre que, apesar de toda a visibilidade de que goza Herculano, a crítica literária em torno de seu trabalho parece um tanto contaminada, ou mesmo limitada, por aspectos extrínsecos a sua obra, tendo como consequência a omissão de elementos literários, incompatíveis com determinadas expectativas ideológicas que se tem do autor. Assim, a caracterização sisuda, moralista e modelar que perpassa a apreciação de Herculano, como homem público, reflete-se diretamente na recepção de seus textos literários. No seguinte

excerto, em que Margarida Cardoso faz ressonância às palavras de José-Augusto França, fica evidente essa confluência estabelecida entre o autor e sua obra:

Como diz José-Augusto França, 'a antinomia salta aos olhos' quando a par da graça e da ironia de Garrett colocamos o vulto severo [de Herculano] e o pessimismo, ora sarcástico, ora liricamente sombrio, deste 'homem consciência', erigido num quase 'herói mítico do liberalismo português'. (CARDOSO, 2003, p. 141).

A *História da Literatura Portuguesa* de Teófilo Braga, publicada pela primeira vez em 1870, cronologicamente próxima, portanto, do Romantismo, apresenta, ainda mais radicalmente, a relação entre esse "herói mítico do liberalismo português" e sua produção literária. Braga dedica uma extensa parte de sua *História* a Alexandre Herculano, abarcando sua produção literária, histórica, jornalística, e dando, também, grande destaque a sua atuação pública. Embora seja uma importante referência para o estudo do Romantismo português, a obra de Teófilo Braga, entretanto, retrata Herculano de forma bastante tendenciosa. Apontando o escritor como o grande símbolo intelectual português de todos os tempos e ressaltando a absoluta confiança nele depositada, por toda uma geração, Braga declara sua frustração pelo não cumprimento das inúmeras expectativas que lhe teriam sido depositadas, como se pode observar no seguinte trecho:

Em que serviu Herculano a sociedade portuguesa, que tanto precisava de impulso para se reorganizar desde que entrou no regime do parlamentarismo? Revocou-a ao seu passado, falou-lhes dos frades, falou-lhes das resistências heróicas contra os mouros da fronteira, falou-lhe do cavalheirismo dos capitães da África, enfim, inspirou-lhe o patriotismo negativo, que arredava o espírito público da corrente de idéias modernas. Em vez de proclamar a necessidade do conhecimento da renovação filosófica que se operava na Europa em 1832, esterilizou-nos na contemplação de um cristianismo pessoal, meio poético, meio heterodoxo [...]. Chegou a ter o máximo de *poder espiritual* sobre a nação portuguesa, mas não soube usá-lo para dirigir uma época. (BRAGA, s.d., p. 288).

Esse tom de desencanto e contrariedade prevalece em quase todo o texto de Braga, tornando sua crítica à obra de Herculano contaminada pela decepção em relação ao homem público. Causa estranhamento, também, o fato de Teófilo Braga, em uma obra que se destina ao estudo da história da literatura portuguesa, debruçar-se com tanta acuidade sobre os textos históricos de Alexandre Herculano e apresentar em uma perspectiva tão apressada sua produção literária.

O privilégio dos elementos históricos da obra de Herculano, certamente,

deveu-se ao fato de esse material prestar-se mais facilmente às críticas progressistas de Braga. Ou seja, o passado medieval, retratado por Herculano em sua *História de Portugal* – mas também em diversos textos literários –, constituía-se, exatamente, daqueles elementos apontados por Teófilo Braga como detonadores de um “patriotismo negativo” (BRAGA, s.d., p.288). Pelo menos uma dessas críticas, apontadas por Braga em relação à historiografia de Herculano, foi refutada por Hernâni Cidade, que chama a atenção para o fato de que o crítico, ao censurar o curto período histórico retratado por Herculano – até Afonso III –, tenha sustentado suas denúncias em fontes questionáveis, pois Hammer e Dozy, assim como Thierry, apontados por Braga como fontes seguras para Herculano, publicaram suas obras após a edição do I volume da *História de Portugal*. (CIDADE, 1947, 112).

Mas, para além das discordâncias, entre o positivismo de Teófilo Braga e a historiografia e literatura romântica de temática medieval de Herculano, que, possivelmente, levaram a uma análise viciada da obra do escritor, uma questão ainda mais grave nos chamou a atenção: a absoluta ausência de qualquer referência a *O Bobo* na *História da Literatura Portuguesa* de Braga. Se, como dissemos, os textos literários de Herculano parecem ser menos retratados que sua *História*, vários poemas e, principalmente, os romances, ou novelas, de cunho histórico ganham alguma visibilidade, na medida em que abordam temas e ideologias confrontados por Teófilo Braga. E, com menor destaque, ou simplesmente em breves menções, todo o restante da obra literária do autor, excetuando-se *O Bobo*, é referido na *História* de Braga.

A estranheza do fato, entretanto, conjuga-se com diversos outros casos de omissões em relação a essa obra de Alexandre Herculano. Como já afirmamos, a recepção das obras literárias do autor encontra-se muitas vezes reduzida às expectativas públicas que se tem desse “homem-consciência”. Mas, a exemplo do que foi visto na *História da Literatura Portuguesa*, de Teófilo Braga, o que nos parece o caso mais evidente da análise tendenciosa e lacunar prestada a sua obra pode ser verificado nas escassas e incompletas apreciações de *O Bobo*. Publicada primeiramente nas páginas de *O Panorama*, em 1843, essa obra contou, durante a vida do escritor, apenas com uma edição brasileira em volume, não autorizada, de 1866. Esse fato, talvez, possa explicar parcialmente a ausência de referências a *O Bobo* por Teófilo Braga. Mas, ainda assim, sabendo-se da repercussão positiva causada pela obra, na época de sua publicação em periódico, contando, posteriormente, até mesmo com uma edição pirata brasileira, essa ausência causa, de fato, alguma perplexidade.

Somente em 1878 foi, então, publicada uma edição póstuma, que estaria sendo revisada por Herculano no final de sua vida. Considerando-se a imediata aceitação pública que teve *O Bobo* e, ainda, que outras obras do autor, também publicadas na

revista *O Panorama*, foram rapidamente editadas em volume, é bastante intrigante a aparente negligência editorial em relação à obra.

No texto, “Alexandre Herculano: malhas da história, armadilhas da ficção”, Paulo Motta Oliveira (OLIVEIRA, 2000) chama a atenção para esse estranho fato e, também, para a ausência de referências à inusitada trajetória editorial de *O Bobo*, tanto nos dicionários literários, como em histórias da literatura. A inexistente problematização sobre a questão editorial já parece sugerir um descaso referente à própria obra.

Mas, se, de maneira geral, o conjunto da obra de Herculano teve um considerável acolhimento pela crítica, a deficiente recepção de *O Bobo*, talvez, possa ser entendida pelas dissensões entre essa obra e alguns parâmetros designados para descrever a produção literária, histórica e jornalística do autor. Como foi visto anteriormente, a análise literária de suas obras não puderam se furtar à forte personalidade pública desse “homem legendário” (BRAGA, s.d., p. 162), que, conforme ressalta abaixo Eduardo Lourenço, conquistou uma dimensão histórica, atuando diretamente na reformulação da nacionalidade portuguesa:

Almeida Garrett e Alexandre Herculano foram dois admiráveis indivíduos. Tão indivíduos que cada um deles traçou do novo Portugal a sua imagem. Embora não se contradizendo, essas imagens reestruturaram, pela primeira vez, o imaginário português, fora do cânone – ou cânones – do nosso ideário nacional [...] (LOURENÇO, 1999, p. 107).

Algumas questões apresentadas em *O Bobo* parecem-nos, mesmo, incompatíveis com essa dimensão mítica atribuída a Alexandre Herculano, e com todo o peso ideológico, político e exemplar, comumente, confiado ao conjunto de sua obra. Distinguimos como ponto de maior atrito, entre as expectativas mais tradicionais relativas a Herculano, e a narrativa de *O Bobo*, a irreverência e ironia determinantes de um descompromisso histórico revelado ao longo do texto. Reforçando o impacto do descomprometimento moralizante ou didático, que apresenta-se em diversos aspectos da narrativa, como veremos a seguir, a obra retrata justamente um momento crucial da história de Portugal, como destaca abaixo Paulo Motta Oliveira, comparando-a com outros textos do autor:

Mas, em *O Bobo*, temos uma diferença importante, que provocará alguns desdobramentos significativos: não estamos diante de uma região periférica, mas no próprio epicentro de uma crise que terá, como consequência, a batalha de S. Mamede e a futura criação de Portugal enquanto reino independente. E será justamente a

gestação do reino de Portugal um dos temas centrais deste romance [...] (OLIVEIRA, 2000, p. 142).

Esse importante recorte histórico abarcado em *O Bobo*, no qual se situa a origem da nação portuguesa, será conjugado com uma trama ficcional composta por personagens complexas e ambíguas que ultrapassam limitações didáticas e maniqueístas. Considerando-se uma polaridade inicial, estabelecida entre o Conde de Trava e D. Teresa, por um lado, e Afonso Henriques, por outro, na qual se poderia antever uma dicotomia entre os interesses asturo-leoneses e aqueles, especificamente, portugueses, torna-se impossível, entretanto, determinar uma identificação absoluta entre a causa portuguesa e um padrão heroico de comportamento. Da mesma forma, o partido de D. Teresa não pode, também, alinhar-se, de forma muito simplista, apenas com as ações indignas, como veremos adiante.

A ausência de uma perspectiva laudatória no tratamento desse importante marco histórico da nacionalidade portuguesa já foi apontado por Teófilo Braga na própria forma como Herculano retrata o fato em sua *História de Portugal*:

Assim para Herculano, a desmembração de Portugal da unidade momentânea asturo-leonesa é incompreensível, porque ora a atribui ao conde D. Henrique, aos planos superiores com que defende D. Teresa pela perspicácia política, e a seu filho D. Afonso Henriques, ora crê nas forças imanentes ao próprio condado, que motivaram a sua desmembração. (BRAGA, s.d., p. 238).

Se, como vimos acima, Braga critica Herculano por não compreender claramente o fato histórico referente à desmembração portuguesa, acusando o historiador de apontar aleatoriamente os protagonistas desse evento, podemos acompanhar, abaixo, nas palavras do próprio Herculano sobre o assunto, uma versão um pouco divergente do que foi constatado por Teófilo Braga:

[...] o pensamento de desmembração e independência, que é visível existia já nos animos de Henrique e da sua viúva e que veio a realizar-se completamente no tempo de Afonso Henriques, é um pensamento commum ao chefe do estado e aos membros d'elle, sendo talvez os actos dos principes ainda mais o resultado da influencia do espirito publico do que a manifestação espontanea da propria ambição. Os documentos dos primeiros annos em que regeu Portugal Afonso Henriques, concordes com os da epocha de D. Theresa, tendem a confirmar esta suspeita. (HERCULANO, s. d, p. 73).²

A argumentação de Alexandre Herculano não parece refletir uma incompreensão sobre o assunto, e sim, um ponto de vista, bastante consciente, a

partir do qual o historiador conclui que não houve uma única personalidade responsável pela desmembração portuguesa, mas um encadeamento de fatores e vontades que culminaram com o fato. Como se pode notar, Herculano atribui a realização do evento, tanto ao conde Henrique, como à D. Teresa, ao infante Afonso Henriques e, ainda mais, à “influência do espírito público”.

Ressaltando, então, o paralelismo entre a postura de Alexandre Herculano como historiador e aquela apresentada como ficcionista de *O Bobo*, no que se refere à batalha, ou aos antecedentes da batalha, de S. Mamede, poderíamos ir mais longe, e identificar em D. Bibas uma personificação daquele “espírito público” de que fala o autor em sua *História*. Paulo Franchetti já havia destacado a função alegórica, também apontada por outros autores, que estaria por trás do bufão de Herculano:

É também, como já se notou, uma representação do povo oprimido pelo despotismo feudal, que o autor apresenta exercendo a vingança por anos e anos de opressão em uma ação plena de consequências políticas para a nação portuguesa. (FRANCHETTI, 1997, p. 6).

Atentamos, mais uma vez, para o caráter irreverente dessa obra de Herculano, que destituindo o passado português de uma fundamentação heroica, deposita na criação ficcional de um bobo da corte, que poderia representar o próprio povo oprimido, a responsabilidade pela origem da nação portuguesa.

Se analisarmos a bizarra caracterização de D. Bibas, “[...] um vulto de pouco mais de quatro pés de altura; feio como um judeu; barrigudo como o cônego de Toledo; imundo como a consciência do célebre arcebispo de Gelmires; e insolente como um vilão de beetria.” (HERCULANO, 1997, p.23), fica ainda mais evidente a predominância do tom sarcástico da obra em detrimento das poucas considerações reverentes ao fato histórico retratado. Pode-se até mesmo depreender-se da narrativa de *O Bobo* que, através da vingança do truão, a independência de Portugal teria se dado por influência de belzebu, conforme sugere o seguinte trecho:

Mas como vingar-se? Ignorava-o. Juraria, contudo, que Belzebu lhe dizia ao ouvido: ‘Pensa bem; que hás de atinar com o caminho que buscas’. Quem deixou de achar meios neste mundo para satisfazer paixões más? (HERCULANO, 1997, p. 102).

Percebemos, assim, uma grande discrepância entre o padrão moralizante, heroico, cristão e exemplar como a crítica costuma definir a ambientação histórica medieval das narrativas de Herculano, e a prevalência de uma atitude anárquica, descomprometida com ideologias, religiões e mesmo com a própria história, observada na narrativa de *O Bobo*.

É interessante notar que, até mesmo parte da crítica, que parece ter uma leitura mais criteriosa dessa desconcertante obra de Alexandre Herculano, deixa-se levar, em alguns momentos, por generalizações redutoras, que eliminam aspectos essenciais da narrativa. João Gaspar Simões, por exemplo, embora refira-se a *O Bobo* como uma obra-prima, acrescentando ainda, “Tal como está, *O Bobo* é o nosso romance histórico mais perfeito [...]” (SIMÕES, 1969, p.36), ao referir-se a diversas obras de Herculano, entre elas *O Bobo*, faz a seguinte colocação:

Nestas obras o elemento histórico funde-se com o elemento romanesco propriamente dito, e este sacrifica ao folhetinesco o psicológico. Em obediente ao imperativo do folhetim, as personagens ou amam ou odeiam, ou são covardes ou heróicas, ou atraçoam ou sacrificam-se. De uma só peça e de um só parecer, a rigidez moral é o seu traço dominante. (SIMÕES, 1969, p. 32).

Concordando com Simões no que diz respeito ao notável valor de *O Bobo*, discordamos, entretanto, em relação àquilo que nos parece um dos traços mais significativos para a apreciação dessa obra: a ambiguidade das personagens. É, exatamente, na quebra da perspectiva maniqueísta, descrita acima por Simões, que distinguimos a complexidade de algumas personagens, caracterizadas por uma gama de nuances que lhes conferem um impressionante grau de humanidade. Um dos exemplos dessa heterogeneidade de caracteres pode ser verificado na forma como é apresentada D. Teresa. Comparamos, abaixo, o retrato absolutamente horrendo como a infanta é pintada por Camões, no Canto III, de *Os Lusíadas*, com os contrastes de uma personalidade forte, arguta, mas ao mesmo tempo frágil e submissa, percebidos por Herculano:

De Guimarães o campo se tingia
Co sangue próprio da intestina guerra,
Onde a mãe, que tão pouco o parecia,
A seu filho negava o amor e a terra.
Co ele posta em campo já se via;
E não vê a soberba o muito que erra
Contra Deus, contra o maternal amor;
Mas nela o sensual era maior.

Ó Progne crua, ó mágica Medeia,
Se em vossos próprios filhos vos vingais
Da maldade dos pais, da culpa alheia,

Olhai que inda Teresa peca mais!
Incontinência má, cobiça feia,
São as causas deste erro principais:
Cila, por hua, mata o velho pai;
Esta, por ambas, contra o filho vai.

(CAMÕES, s.d., p. 118 e 119).

Nota-se que, para Camões, a infanta, destituída de qualquer sentimento materno, seria pior, mesmo, que Medeia, mulher que matou os próprios filhos para vingar-se do adultério de seu marido. Herculano, entretanto, adivinha, por trás da infâmia da amante de Fernando Peres, o sofrimento da mãe de Afonso Henriques.

D. Teresa é representada por Herculano sob pelo menos três perspectivas distintas: como uma mulher forte, astuta e de ânimo viril (HERCULANO, 1997, p. 17); como a esposa submissa de Fernando Peres, e, ainda, como mãe legítima de Afonso Henriques e adotiva de Dulce, pelos quais nutre um sincero afeto materno, evidenciado, ainda mais, em sua relação com a herdeira dos Bravais, mas limitado pela forte influência do conde de Trava sobre a infanta. A última perspectiva fica bastante evidente na seguinte colocação do narrador: “Dolorosa era a situação de D. Theresa. Amava sinceramente Dulce; mas entre ela e o conde havia laços que não podia, que não quisera quebrar.” (HERCULANO, 1997, p.93).

Seguem-se, ainda, dois excertos representativos de algumas situações conflituosas determinantes das ambiguidades percebidas nessa personagem:

D. Theresa, que desde a partida de seu filho se mostrara triste, abatida e irresoluta, parecia nesta noite reassumir toda a sua antiga energia. No seu rosto, banhado de uma alegria um tanto forçada, conhecia-se-lhe o desejo de que lhe cressem o ânimo tranqüilo ao aproximar da procela. (HERCULANO, 1997, p. 81).

[...] D. Theresa esqueceu-se de que era mãe, esqueceu-se da altivez e dureza de Fernando Peres, para se lembrar só de que era amante e rainha, e de que mais de uma vez o som da sua voz tinha bastado a infundir ousadia invencível no ânimo de seus guerreiros. (HERCULANO, 1997, p. 147).

Refletindo as diversas paixões que alimentam seu ânimo, as atitudes da infanta também oscilam, ao longo da narrativa, impedindo uma delimitação simplista do caráter dessa personagem. Observa-se, então, a impossibilidade de associar-se,

de forma imediata, aquela que seria a antagonista da causa portuguesa, a uma configuração totalmente maléfica de comportamento.

Um personagem, apenas, parece assumir, plenamente, o papel de vilão do conflito apresentado em *O Bobo*: Fernando Peres, o conde de Trava. A culpabilidade da rainha, pelas atitudes contrárias ao seu próprio filho, parece deslocar-se para a inesgotável conta de vilezas praticadas pelo conde que, como vimos, exerce grande influência sobre suas decisões.

Por outro lado, a incipiente dicotomia entre bem e mal, que teria em Fernando Peres a personificação deste segundo polo, desorganiza-se, rapidamente, quando consideramos a figura de Garcia Bermudes, o melhor amigo do conde. O caráter corajoso, nobre e generoso como é descrito Bermudes, ao longo de toda a narrativa, é exemplificado, principalmente, em sua negação de submeter Dulce, a mulher que amava, a casar-se com ele contra vontade.

Se um tênue delineamento entre bem e mal, distingue o partido dos seguidores de Afonso Henriques daqueles que apoiam o conde de Trava, verifica-se, entretanto, que a exaltação das características morais de Garcia Bermudes faz com que o personagem se acomode mal ao polo antagonista da trama. Ocorre, inclusive, uma complicação no final da narrativa, em que se percebe que, para Dulce, a atitude de Garcia Bermudes teria sido mais honrosa que a de Egas Moniz, cavalheiro amado por ela, e que, em uma visada mais generalizante, poderia ser entendido como o herói da narrativa. Dulce, ao ver que Egas matara Bermudes, que era, então, seu marido, e ainda, de forma cruel e sarcástica, apresentava-lhe o corpo, lhe dirige as seguintes palavras:

Turbaste essa imagem com o lodo de um assassínio: com a tua primeira covardia. Posso agora morrer. Só te peço que te afastes para te eu não ouvir nem ver... Deixa-me expirar abraçada com a memória do passado, com a lembrança do nosso amor inocente; deixa-me até o fim amar o meu Egas; deixa-me esquecer de ti, que não és já ele! (HERCULANO, 1997, p. 151).

Assim, o inusitado triângulo amoroso formado por Dulce, Egas Moniz e Garcia Bermudes, constituído de ambiguidades de sentimentos e de uma relativa equivalência moral entre os envolvidos, impede uma solução óbvia para a justa determinação de um par romântico. João Gaspar Simões também atenta para a questão, destacando a complexidade de sentimentos de Dulce em relação a Egas e a Bermudes:

[...] Dulce, a mais humana das criações femininas de Herculano. Ao pé dela, Hermengarda empalidece. Nesta, a paixão é metafísica, simbólica. Naquela há

realidade, há força humana. Dir-se-á que ama dois homens ao mesmo tempo, e que a um, Egas Moniz Coelho, sacrificaria o outro, se não tivesse de sacrificar os dois – Garcia Bermudes e Egas Moniz Coelho – à morte que a reclamava virgem e pura. Assim o exigia a medida ideal do romance histórico, que resistia ainda às solicitações do real, escopo último da literatura de ficção dos tempos modernos. (SIMÕES, 1969, p.37).

Além de toda a sutileza de nuances e contradições que envolvem os personagens, promovendo um grau de complicação inesperado para a trama narrativa, outro fato concorre para a diluição da organização maniqueísta da obra: a maneira como são retratados os árabes. Embora, representem um elemento pouco significativo no enredo de *O Bobo*, é bastante interessante as referências feitas a esses povos, principalmente se compararmos ao tratamento que lhes confere Herculano em *Eurico, o presbítero*. Nesta obra, percebe-se nitidamente um confronto entre os valores heroicos dos godos, inseridos em uma perspectiva cristã e moralista, e as atitudes imorais, covardes e infames daqueles que adoravam Maomé. Se Alexandre Herculano identifica esses dois povos como bárbaros, a questão religiosa parece ser o elemento determinante para a condenação dos árabes e a exaltação dos visigodos, em *Eurico*.

Na seguinte citação de Teófilo Braga, podemos perceber que essa perspectiva tendenciosa de Herculano no tratamento dos árabes, apresenta uma similaridade na forma como são retratados em sua *História de Portugal*.

Com relação aos Árabes, Herculano não soube destacar o elemento *mauresco*, que provocava a revivescência de qualidades étnicas do antigo elemento ibérico, e por isso a definição das origens do elemento popular, a que os escritores espanhóis chamaram *moçárabe*, foi vagamente esboçada por Herculano como um facto existente, mas sem raízes senão a do encontro de duas sociedades que se odiavam, a sociedade árabe, triunfante, e a sociedade gótica, decaída mas fortificada pela crença cristã. O ponto de vista cristão falsificava-lhe na história a compreensão filosófica, e por isso a coligação e a unificação das monarquias, com o catolicismo servindo-lhe de regime policial, nunca lhe apareceria como a causa de se não terem formado Estados federais na Península, e portanto de terem produzido a decadência inevitável destes povos. (BRAGA, s.d., p. 239).

Concordamos com Braga quanto ao “ponto de vista cristão” de Herculano que, pelo menos em *Eurico*, contaminou, realmente, a apreciação do autor em relação aos mouros. Entretanto, percebemos em *O Bobo*, como fato bastante inusitado, uma atitude menos comprometida com a causa cristã e, portanto, mais sensata na

representação do elemento árabe no interior da cultura ibérica.

As seguintes citações apresentam duas das referências mais incisivas no que concerne à importância da cultura árabe e à injusta relação entre cristãos e muçulmanos. No primeiro excerto destaca-se a “superioridade intelectual” dos árabes em comparação com os cristãos:

Era principalmente nos assédios, quer defendendo-se, quer acometendo, que os árabes conheciam todo o preço da própria superioridade intelectual. As suas máquinas de guerra, mais perfeitas que as dos nazarenos, não só pela melhor combinação das forças mecânicas, como pela maior variedade de engenhos e invenções, davam-lhes notáveis vantagens sobre a grosseira tática dos seus adversários. (HERCULANO, 1997, p. 20).

E no segundo, Herculano dá voz a Abul-Hassan, personagem secundário, de origem árabe que, em um discurso bastante coerente dirigido a Egas Moniz, acusa os excessos de violência e a falta de justificativa racional daqueles que, em nome do cristianismo, vão para África “caçar mouros”, cometendo grandes atrocidades:

Posto que o ódio contra os meus irmãos – respondeu sorrindo o árabe – vos leveisse tão longe para lhes derramar o sangue, como se vos não bastasse o dos muslins da Espanha, nem por isso vos perdi a afeição, porque sei por experiência que ao menos não seríeis cruel para com os vencidos, como são quase todos os guerreiros cristãos. (HERCULANO, 1997, p.71).

Embora, como dissemos, a problematização do elemento árabe não constitua uma questão importante no enredo de *O Bobo*, – como ocorre no confronto estabelecido entre os espanhóis de ascendência gótica e os árabes, em *Eurico* –, a patente divergência entre os mouros torpes e imorais, apresentados nesta obra, e a valorização da cultura árabe naquela, causa, realmente, uma grande estranheza. Sabendo-se que as duas obras foram publicadas no mesmo ano, 1843, na revista *O Panorama*, a questão torna-se ainda mais intrigante.

Parece que, por alguma razão, Alexandre Herculano conseguiu alcançar em *O Bobo*, uma atitude mais livre em relação às tantas expectativas e rótulos que lhe foram atribuídos pelos seus pares e, posteriormente, pela crítica, e que, em alguma medida, foram, também, promovidos e assumidos pelo próprio autor em outros textos. A ausência de elementos modelares, que justifiquem uma postura ideológica ou política em *O Bobo*, parece, mesmo, distanciar essa obra do padrão crítico que vem norteando as análises das produções literárias de Herculano.

Outro aspecto de *O Bobo* que corrobora o que temos discutido

aqui sobre o descomprometimento dessa obra ante quaisquer valores rígidos de pensamento, diz respeito ao descaso e ironia em relação à verdade histórica. Não apenas um personagem cômico, o bufão, constitui-se como grande responsável pela origem da nação portuguesa, conforme destacado acima, mas, ainda, a história de Portugal, ou a história em si, é apresentada como estrutura lacunar, passível de preenchimentos fictícios, completamente arbitrários em relação aos fatos reais. Paulo Motta Oliveira destaca, abaixo, a importância e as implicações dessa questão para Alexandre Herculano, em sua função de autor da *História de Portugal*, obra que teria seu primeiro volume editado três anos após a publicação de *O Bobo*:

Se a história é apenas uma recuperação parcial, se essa recuperação pode trazer uma face falsa do passado, podemos entender o quanto esse romance poderia ser perturbador. Afinal, Portugal poderia ter surgido não por grandes feitos, mas graças à vingança de um reis bobo. (OLIVEIRA, 2000, p. 149).

Concluimos, assim, que a ausência de uma motivação didática e de um modelo heroico que sustentasse a origem portuguesa, assim como, a ambiguidade e sutileza com que foram retratados os personagens reais e fictícios e o questionamento relativo à própria veracidade da história, provocaram uma grande cisão entre *O Bobo* e os aparatos críticos que descrevem, de maneira geral, a obra de Alexandre Herculano. Entendemos essas circunstâncias como determinantes das diversas formas de omissões a que tem sido submetida essa obra, desde o seu obscuro trajeto editorial.

Fica ainda uma questão: seria, de fato, *O Bobo* tão díspar em relação ao restante das produções literárias de Herculano, ou, de alguma forma, as outras obras do autor, por se prestarem mais facilmente às expectativas já estabelecidas pela crítica, teriam sido compreendidas, de forma parcial, ficando ignorados os aspectos complicadores e disformes em relação a uma determinada padronagem? A releitura atenta dessa obra, motivada pelas lacunas de sua trajetória editorial, demonstram, de fato, a necessidade de uma revisão crítica da obra literária de Alexandre Herculano, levando em consideração novos parâmetros, ainda não considerados pela crítica tradicional.

NOTAS

¹ Pós-doutorado (2016) Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas USP/FAPESP.

² A ortografia original foi mantida.

REFERÊNCIAS

- BOËCHAT, Maria Cecília Bruzzi; OLIVEIRA, Paulo Motta; OLIVEIRA, Silvana Maria Pessoa (Org.). *Romance Histórico: recorrências e transformações*. FALE/UFMG: Belo Horizonte, 2000. p. 129-149.
- BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa: O Romantismo*. v.V. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Luso-Brasil: São Paulo, s.d.
- CARDOSO, Margarida. Alexandre Herculano. In: CASTRO, Francisco Lyon de (Ed.). *História da Literatura Portuguesa*. Publicações Alfa: Lisboa, 2003. p. 141 – 185.
- CIDADE, Hernâni. Alexandre Herculano. In: SIMÕES, João Gaspar. *Perspectiva da Literatura Portuguesa do século XIX*. Edições Ática: Lisboa, 1947. p. 87-117.
- HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal: desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Affonso III*. Vol II, Livraria Bertrand: Lisboa, s.d. p. 7 – 132.
- HERCULANO, Alexandre. *O Bobo*. Editora Ática: São Paulo, 1997.
- FRANCHETTI, Paulo. In: HERCULANO, Alexandre. *O Bobo*. Editora Ática: São Paulo, 1997.
- LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. Companhia das Letras: São Paulo, 1999.
- OLIVEIRA, Paulo Motta. Alexandre Herculano: malhas da história, armadilhas da ficção. In: BOËCHAT, Maria Cecília Bruzzi; OLIVEIRA, Paulo Motta; OLIVEIRA, Silvana Maria Pessoa (Org.). *Romance Histórico: recorrências e transformações*. FALE/UFMG: Belo Horizonte, 2000. p. 129-149.
- SIMÕES, João Gaspar. *História do Romance Português*. Estúdios Cor: Lisboa, 1969.
- SIMÕES, João Gaspar (Org). *Perspectiva da Literatura Portuguesa do século XIX*. vol I, Edições Ática: Lisboa, 1947. p 87 – 117.